

## TURISMO SEXUAL INFANTIL – UMA ANÁLISE ESTRUTURAL<sup>1</sup>

### *CHILD SEX TOURISM – A STRUCTURAL ANALYSIS*

Tatiane Brum de Oliveira Reis<sup>2</sup> e Norma Martini Moesch<sup>3</sup>

#### RESUMO

Neste trabalho, apresenta-se uma análise do turismo sexual infantil no Brasil, mediante uma abordagem diferenciada do tema considerado. Propõe-se, dessa forma, uma reflexão com novos vieses os quais embasam, de forma concisa, o tema abordado. A posição da mulher brasileira no período colonial bem como a configuração histórica do turismo nacional serviram de arcabouço para o desenvolvimento deste. Essa patologia que se dissemina pelo território nacional, exteriorizando um problema socialmente constituído ao longo da história, não pode ser considerada um novo segmento da atividade turística, mas uma de suas deformações. Pretende-se, assim, despertar o senso crítico e humanístico diante da exploração sexual de menores.

**Palavras-chave:** turismo, exploração sexual infantil, reflexão, senso crítico.

#### ABSTRACT

The following work presents an analysis of the problem of child sex tourism in Brazil, offering a different outlook on the theme. It provides a reflection through new aspects that form a concise base for the theme. The position of brazilian women in the colonial period, as well as the historical configuration of national tourism, provides the foundation for the development of this work. This pathology that spreads itself throughout the nation, bringing to the forefront a social problem that has existed throughout history, cannot be considered a new area of tourism, but one of its deformities. The intention behind this study is to arouse critical and humane awareness of the sexual exploitation of minors.

**Keywords:** tourism, child sexual exploitation, reflection, critical sense.

---

1 Trabalho Final de Graduação - TFG.

2 Acadêmica do curso de Turismo - UNIFRA.

3 Orientadora - UNIFRA.

## INTRODUÇÃO

Com o propósito contraditório de um conceito já alicerçado no que tange à exploração sexual de mulheres e crianças brasileiras, no presente trabalho, o objetivo é o despertar de um senso crítico e de um olhar mais meticuloso a respeito de tal problemática.

Apesar de muitas vezes entendida, tão somente como má administração pública, exteriorizada por meio da comercialização internacional de corpos nus e insinuantes, a exploração sexual de menores, nesta análise, adjetiva-se.

O turismo, no presente trabalho, será tratado não apenas sob uma perspectiva reducionista, em que aspectos econômicos e financeiros insinuam-se como únicos objetivos do fenômeno, mas também por meio de uma ótica humanístico-social.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo sexual como sendo: “viagens organizadas internamente no setor turístico ou fora dele, mas que usa das estruturas e redes do setor com o objetivo primário para a efetivação da relação comercial sexual de turistas com os residentes nos destinos”<sup>4</sup>. Atividade essa que desencadeia conseqüências sociais e culturais, distanciando-a do seu objetivo primordial: a sustentabilidade. Nesse sentido, a partir de uma retomada histórica do papel da mulher brasileira, sua submissão e exploração sexual em diferentes níveis e cenários, bem como a configuração do turismo nacional, far-se-á uma análise diferenciada, abordando também a exploração sexual de menores independente do turismo, e as respectivas ações governamentais, objetivando, assim, uma compreensão holística da temática considerada.

Estimulada por essa visão diferenciada, vale citar:

O exercício da curiosidade a faz mais criticamente curiosa, mais metodicamente “pesquisadora” do seu objeto. Quanto mais a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, se “rigoriza”, tanto mais epistemológica ela vai se tornando (FREIRE, 1996, p. 87).

---

4 Disponível em [http://www.world-tourism.org/protect\\_children\\_es/wto\\_statement.htm](http://www.world-tourism.org/protect_children_es/wto_statement.htm)

## SOCIEDADE E CENÁRIOS

### PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Sob a égide dos princípios do período colonial, quando Portugal alicerçou-se em uma colonização fundamentada em um modelo “patrimonial-patriarcal” (SAFFIOT, 1979, p. 161), o Brasil passa a desencadear seu processo histórico. Esta estrutura, inicialmente escravocrata com intuito meramente lucrativo, enraíza-se na cultura brasileira, deixando profundas marcas que se manifestam, ainda que de forma menos expressiva, nos dias atuais. Sob a gênese extrativista moldamo-nos aos padrões impostos, facilitando assim, o poderio dominador português.

Assim, nesse período, a mulher brasileira, de modo geral, foi induzida a tais preceitos, tomou-os como corretos e únicos, ou sofreu a oposição da igreja e de uma sociedade extremamente conservadora naquilo que lhe convinha.

Entretanto, mesmo tomando como objeto de estudo a história da mulher brasileira, essa não se desenvolveu de forma igualitária. Pode-se destacar, no universo feminino, diversas figuras representativas, que juntas configurariam a classe feminina da época; dentre elas, pode-se elencar: a branca rica, a negra escrava, a mestiça e a negra forra.

No princípio da colonização, as primeiras expedições advindas de Portugal com destino à “terra prometida”<sup>5</sup> eram constituídas quase que totalmente de homens. Dessa forma, para satisfazerem seus desejos sexuais, “os homens serviam-se das nativas e depois, das negras” (AGOSTINI, 1997, p. 85), mas esse ato resumia-se apenas em deleite, pois, se a intenção fosse contrair casamento, eram as poucas e disputadas brancas a quem recorriam.

Como na sociedade colonial o acúmulo de terras, conseqüentemente de bens, configurava-se como de primeira instância, os dotes oferecidos pelos pais das donzelas eram bastante generosos. Dessa forma, esses escolhiam aquele que melhor convinha a seus interesses, pois, pelo matrimônio de sua filha, seus bens somar-se-iam aos da família do futuro genro. Via de regra, os pretendentes eram de idade mais avançada, ou algum primo financeiramente abastado, restringindo, dessa forma, a riqueza a uma seleta camada da população. Nesse contexto, Saffioti (1979, p. 162) se expressa:

5 Expressão resultante da tradução da palavra Brasil, segundo uma lenda céltico-irlandesa, uma ilha que, de acordo com mapas do século XIV e XV, estaria localizada a ocidente (LOPEZ, 2001: 11-12).

A maneira meramente formal, através da qual a camada dominante resguardava seu domínio, impedindo casamentos inter-raciais, mas não impedindo a miscigenação, deixava transparecer que o econômico, e não o racial era o verdadeiro fundamento da divisão da população em casta.

Para complementar, Agostini (1997: 85) afirma: “não é à toa que as camadas mais ricas e tradicionais do Brasil sejam todas ligadas por laços de parentescos”.

Assim, ao pai e à mãe, estava destinada a tarefa de lapidarem a filha de acordo com os padrões comportamentais vigentes na época. A pouca idade das donzelas que contraíam casamento no período escravocrata<sup>6</sup> configurava um quadro que, segundo Saffioti (1979: 168), agravava a situação da submissão feminina, pois “apresentavam requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação o poder do patriarca, aliado à ignorância de uma imensa imaturidade”. Essas meninas, além da vigilância familiar, contavam com a mão bastante severa da igreja na formação de seu caráter. Essa, com seus dogmas advindos do pecado original, fazia, segundo Agostini (1997), que os homens acreditassem que a primeira mulher, Eva, fez com que o primeiro homem, Adão, desobedecesse a Deus, comendo o fruto proibido. Mediante tais aspectos, “achava-se justo que o homem, que foi induzido ao pecado pela mulher, fosse recebido como soberano e todo-poderoso da casa” (AGOSTINI, 1997, p. 86).

Dessa forma, a igreja, sobretudo a partir do século XVII, beneficiava-se com a disseminação do seu discurso moralizador “sobre o uso dos corpos femininos e seus prazeres” (PRIORE, 1994: 16) para impor, através da família, seus princípios cristãos. Tais princípios, seguidos pelas elites, não se adaptavam com facilidade ao estilo de vida das camadas menos favorecidas da população. Como bem contextualiza Priore (1994, p. 16), “certas noções como virgindade, casamento e monogamia eram situações de oportunidade e ocasião”, sobretudo, mediante as condições de vida a que era submetido grande contingente populacional.

Tragadas pela insegurança e condições materiais precárias, a sobrevivência de grande parte da população feminina brasileira resumia-se na capacidade de adaptação de cada uma perante as situações cotidianas, que, do seu próprio modo, regiam uma cartilha de regras comportamentais paralelas. Entretanto, o pulso forte da igreja não se fez menos presente e,

---

6 Por volta de 1530 a 1888, segundo Lopez (2001).

apesar das adversidades, após a Reforma Protestante<sup>7</sup> e a Contra-Reforma<sup>8</sup>, suas ações intensificaram-se, “louvando aquela mulher recatada, obediente e de carnes tristes” (PRIORE, 1994, p. 16). Assim sendo:

Que mulher nenhuma vá as igrejas de saia tão alta  
que lhe apareçam os artelhos dos pés e com saias  
à maneira de degraus de sepultura aparecendo a  
mais inferior, nova moda que com escândalo de toda  
modéstia e honestidade tem introduzido o demônio  
(PRIORE, 1994, p. 16).

Ainda segundo um manual de confissão, de 1794, sobre o comportamento das que “estão sujeitas e muito apegadas a seus sentimentos...” (Frei Antônio de Pádua, 1783 in PRIORE, 1994: 16): “o vão, o supérfluo, o desavergonhado adorno... seus enfeites enganosos, seus unguentos olorosos e outros mil embelecões e embutes que usam para chamar atenção dos homens” (PRIORE, 1994, p. 16). Dessa forma, “se alguma mulher se fardar com alvaiade ou outro enfeite para agradar a outros que não seu marido, imponha-lhe três anos de penitência” (Manuel de Arceniga in PRIORE, 1994, p. 16).

A mulher, nesse processo, caracteriza-se por submeter-se, quando não ao pai, ao marido, os únicos que lhe têm sob seu poder e dispõem de sua vida, mais do que ela própria. A igreja católica, irradiadora de um discurso para beneficiar a figura masculina, com o processo colonizador a que o Brasil foi submetido, cunha uma estrutura comportamental vigente ainda em dias recentes. Enaltecendo a figura patriarcal, membros eclesiásticos ditavam regras até mesmo mediante publicações de manuais referentes a comportamentos femininos aceitáveis e louváveis. Dentre essas publicações, pode-se citar: Instrumentação às senhoras casadas para viverem em paz e quietação com seus maridos, obra de 1782 que recomendava, segundo Priore (1994), que a mulher deveria mostrar-se

7 “A Reforma Religiosa do século XVI foi resultado das mudanças econômicas, sociais e políticas vividas pela Europa na passagem do feudalismo para o capitalismo. A Reforma criou na Idade Moderna uma nova religião: o protestantismo. Ao contrário dos ensinamentos da Igreja, a religião protestante estimulava a acumulação de capital pelo indivíduo, além de expressar o anseio de uma parte considerável de cristãos, insatisfeitos com o envolvimento da Igreja com questões políticas e econômicas e interessados em abraçar uma fé mais consciente, mais espiritual” (ARRUDA; 1997: 118).

8 “O rápido avanço do protestantismo levou a Igreja Católica a uma situação desesperadora: ou se mobilizava para combatê-lo ou os cristãos virariam protestantes. Assim, em 1545, teve início em Trento – cidade na época situada em território germânico, próxima da Itália – a reunião de representantes da Igreja católica de toda a Europa. Essa reunião, que se estendeu de 1545 a 1563, ficou conhecida pelo nome de Concílio de Trento. A partir desse conselho, foram estabelecidas novas bases para a atuação da Igreja Católica” (ARRUDA; 1997: 122-123).

agradecida e aceitar a correção proposta pelo marido, com humildade.

Assim se configurava o comportamento da mulher branca no período colonial<sup>9</sup>, de forma submissa e alheia aos aspectos político-econômicos do país e regendo o lar para o bem-estar do marido. Nesse contexto, segundo Saffioti (1979), suas atividades não se limitavam apenas à supervisão da escravaria na cozinha, mas também à tecelagem, à costura, à confecção de rendas e bordados, à feitura da comida dos escravos, aos serviços do pomar, à jardinagem, à criação dos animais domésticos e por fim, à educação de seus filhos.

Sendo “a condição social da mulher que determinava o tipo de tratamento que recebia” (AGOSTINI, 1997, p. 85), a mulher branca de família abastada apesar, de passar por muitas dificuldades, não se compara ao martírio da mulher pobre, em especial, a negra. Essas sentiram o vigor do machismo e as precárias condições a que eram submetidas. Ao trabalho que executavam na lavoura e na casa grande, somavam-se os serviços sexuais, “numa exploração econômica típica” (SAFFIOTI, 1979). Quando não estavam prestando serviços sexuais a seus donos, eram alugadas para satisfazerem outros homens brancos, os “homens de bem” (AGOSTINI, 1997, p. 91). Enquanto das mulheres esperava-se uma atitude recatada, contida sexualmente, aos homens era permitido, pela sociedade da época, o excesso. Dessa forma, segundo Agostini (1997), esses não escondiam seu interesse sexual pelas escravas, mesmo diante de suas esposas. Tal comportamento acabava por desenvolver um campo de tensão entre as mulheres negras e brancas, na qual, estas exteriorizavam, segundo Agostini (1997), sua revolta com mutilações impostas àquelas. O mesmo ocorria com os homens, em que o patrão, com torturas, punia os negros que, segundo Saffioti (1979), disputavam, no campo amoroso, as negras de sua propriedade.

Tais senhoras, apesar de indignadas com a infidelidade explícita de seus maridos, acabavam por criar os filhos mestiços, a mando deles. Como conseqüência da falta de atenção prestada pelos homens as suas mulheres, essas, burlando as regras que regiam o comportamento feminino da camada branca, dada a raridade dos casos, entregavam-se a aventuras amorosas com negros escravos. Nesse sentido, Saffioti (1979: 166) esclarece:

Como o que definia a condição social da prole era o status jurídico da mãe, seria de esperar-se que (...) os

---

9 De acordo com Lopez (2001), o Brasil ficou por três séculos na condição de colônia portuguesa, a partir de 1530, ano que foi colocada em prática a colonização regular. Posteriormente, manteve, em muitos aspectos, tal situação, embora tivesse conquistado, oficialmente, a independência e se tornado um Estado Nação.

progênitos de mãe branca e pai negro fossem, como pessoas livres que eram, plenamente aceitos pela camada senhoril.

No que tange à exploração sexual da mulher escrava da época, vale elucidar, ainda, que seu valor econômico era “consideravelmente mais elevado que o do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, mulher e reprodutora [...]” (1979, p. 165).

Mediante tão pouca consideração, a mulher negra, muitas vezes, não desfrutava do prazer da maternidade, por se proceder, no seu caso, de forma diferenciada. Além de, muitas vezes, não poderem criar seus próprios filhos, pois esses seriam responsabilidade das senhoras, freqüentemente eram estimuladas a engravidar, “principalmente na época em que o preço do escravo estava em alta ou quando o senhor de engenho tinha dificuldades para comprar novos” (AGOSTINI, 1997: 91). Dessa forma, segundo Gilberto Freire (in PRIORE, 1994, p. 15), “corpos femininos de cores e situações sociais diversas fariam o prazer ou a prole dos homens do Brasil”.

Nesse contexto, vale ressaltar que, além do alto grau de mortalidade infantil da época que, segundo Priore (1994: 47), era resultado da “falta de trato do cordão umbilical, do desconhecimento e do desprezo pelas moléstias da primeira infância”; era grande o número de abortos e infanticídios praticados por escravas que, conforme Agostini (1997), serviam para impedir que seus filhos já nascessem escravos.

Com o fim da escravidão, o convívio entre senhores e escravos “reduziria as tensões geradas, na família patriarcal, pelo acesso fácil que aquele convívio permitia à negra enquanto mulher” (SAFFIOTI, 1979, p. 176). Entretanto, segundo a autora, muitos foram os negros e negras que permaneceram trabalhando para os mesmos senhores. Assim, pode-se inferir que a prostituição da mulher negra continuaria, “não mais, porém, em virtude de sua condição de escrava e sim por motivos em grande parte econômicos [...], que constituem, até hoje, um dos elementos mais significativos do comércio do sexo” (SAFFIOTI, 1979, p. 176).

A árdua rotina à que estavam submetidas essas mulheres pobres, em especial as mestiças e negras forras, obrigavam-nas, normalmente, a doarem seus filhos. Essas crianças, geralmente, eram distribuídas “entre parentes, amigas ou comadres para criar” (PRIORE; 1994: 48) e tinham suas vidas, na maioria das vezes, destinadas aos trabalhos domésticos nas casas destas famílias. Nesse contexto, a autora complementa:

O “amor da criação”, ou o simples interesse de ter mão-de-obra boa e barata, justificavam o incremento do rodízio de pequenos. Para as mães pobres que os “entregavam para criar” era uma boca a menos para alimentar (SAFFIOTI, 1979, p. 48).

Com o aumento populacional e, por conseqüência, o grande número de crianças, cria-se, de acordo com a autora citada, a Roda dos Expostos<sup>10</sup>, nas Santas Casas de Misericórdia de Salvador, em 1726, e do Rio de Janeiro, em 1738. De acordo com Priore (1994: 48), “tal atitude vem por legitimar o hábito já instaurado pela pobreza”.

Esse incremento populacional que, de acordo com Priore (1994), foi tão aspirado pelo sistema mercantil e apoiado pela igreja com intuito de disseminar os dogmas católicos, tomou proporções drásticas, fazendo com que, segundo a autora, as mulheres do período colonial vivessem a maternidade “na luta pela vida e adaptavam os destinos de seus filhos às suas condições materiais” (PRIORE, 1994, p. 50). Sendo essas condições de extrema precariedade, em que a miséria dava forma e significado à vida da grande maioria da população, mulheres tomavam a prostituição como fonte de renda, sustentando sua família, pois, “muito comum no quadro de pobreza da colônia eram mães, pais e maridos, consentirem na prostituição de suas filhas e esposas” (PRIORE, 1994, p. 28). Assim, “mães exploravam filhas, sem qualquer constrangimento senão aquele dado pela miséria e pela fome” (PRIORE, 1994, p. 22).

Não se entende, porém, que a opção feita por grande contingente do universo feminino do período colonial fosse unicamente voluntária. Nesse aspecto, valemo-nos do aspecto econômico, acrescido do quadro de submissão feminino da época, que impulsionava essas mulheres para esse ofício. Compreende-se, como Priore (1994, p. 26), “as prostitutas sob o pano de fundo da pobreza, onde o meretrício era um ofício ou uma forma de trabalho, ligada a mais imediata sobrevivência”. Com o consentimento tímido da igreja, pois esta considerava as prostitutas “a salvaguarda do casamento moderno” (PRIORE, 1994, p. 22), essa atividade perdura até os dias atuais.

Nesse contexto histórico, a condição social vigente da época fez com que a exteriorização comportamental dos cidadãos se configurasse de acordo com suas dificuldades financeiras. A falta de oportunidades, socialmente alicerçadas, tomava as rédeas de vidas miseráveis, conduzindo-as ao crepúsculo da esperança.

10 “Nos asilos e orfanatos, espécie de caixa giratória em que se colocavam as crianças enjeitadas” (FERREIRA 1986).

## **CONFIGURAÇÃO DO TURISMO NACIONAL: ASPECTOS HISTÓRICOS**

Quando uma análise acerca das inúmeras facetas do turismo é proposta, torna-se imperioso, remeter às raízes históricas de tal atividade. O turismo, que se transformou em um dos mais importantes setores da economia mundial, teve seu desenvolvimento acelerado a partir da segunda metade do século XX, quando se configurou internacionalmente mediante as transformações ocorridas no período pós-guerra (DO BEM, 2005). Com o término da Segunda Grande Guerra, inúmeras foram as mudanças ocorridas no cenário mundial. Dentre elas, destacam-se o aumento do poder aquisitivo nos países industrializados, o desenvolvimento tecnológico e o aumento do período de férias que, segundo Do Bem (2005), foram fatores que, da perspectiva dos países emissores, favoreceram o incremento do setor turístico.

Os Estados Unidos, em função da sua condição pós-segunda guerra, puderam desfrutar de um melhor padrão de vida, o que propiciou uma maior procura por destinos internacionais, em especial por “países, culturas e paisagens distantes, estimulada pelo imaginário colonialista, que contribuiu para construir a imagem de tais lugares (paisagens e pessoas) como exóticos e “consumíveis” ”(DO BEM, 2005: 21).

Assim, os países de economia periférica, segundo Molina (2001), percebendo o grande fluxo de estrangeiros, passaram a investir na prestação de serviços. Para esses países, o desenvolvimento da atividade estaria “ligada à necessidade de dar início ou continuidade ao processo de modernização” (DO BEM, 2005:22). Assim, surge o turismo “numa concepção exclusivamente financeira” (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001: 49). Segundo o autor, os Estados Unidos:

[...] promoveu este modelo, justificando-o com a possibilidade por ele oferecida aos países dependentes (latino americanos, por exemplo) de obter os seguintes objetivos: captação de divisas [...], geração de empregos [...] e redistribuição de renda. (2001: 49-50).

Entretanto, tais benefícios não se concretizaram na sua plenitude por razões diversas, dentre elas, o autor cita o benefício da isenção de impostos das empresas estrangeiras, devido às políticas de incentivo,

estabelecidas pelos próprios países anfitriões.

Dessa forma, o turismo desenvolvido por nações de economia periférica, em que se inclui o Brasil, configura-se historicamente de maneira servil, ou seja, sanando os anseios e expectativas dos estrangeiros em detrimento da população nacional. Segundo Burns (2002: 54), “o turismo tem uma história de submissão e desenraizamento de destinos “receptivos” “submetendo-se” às elites locais e empresas multinacionais”.

A transposição das peculiaridades do surgimento do turismo nacional para os dias atuais é inevitável. Seu processo evolutivo carrega características bastante palpáveis de um modelo dualista que se exterioriza ainda em tempos atuais. Nesse sentido, pode-se citar uma das facetas do turismo nacional, o turismo sexual infantil. Entende-se que essa deformação da atividade, que vem ao encontro das aspirações sustentáveis do setor, tem suas raízes historicamente alicerçadas, tanto na evolução do turismo no Brasil como na história da mulher brasileira. Assim, através de uma reflexão teoricamente sustentada, uma abordagem diferenciada do tema faz-se necessária, o qual, devido à vulgarização dos fatos perdeu sua real dimensão.

Dessa forma, questiona-se se os motivos que impulsionam milhares de crianças a tal atividade podem ser meramente entendidas como uma opção de escolha, ou se tais escolhas são condicionadas pelas situações vividas particularmente por cada uma delas, acrescidas de um quadro historicamente tempestuoso. Assim, percebe-se que, até mesmo a atividade turística, pôde sentir os reflexos dos modelos impostos pelos países desenvolvidos; seja no aspecto humano, minimizando-os ao bem servir, seja no aspecto estrutural. Entretanto, uma atitude reflexiva imbuída de atributos modificadores se torna válida, pois a costumização dos fatos não pode impedir de agir contra o que se entende por errado, pois “o maior inimigo do progresso é o hábito”.

## **PARÂMETRO NACIONAL**

### **EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL INDEPENDENTE DO TURISMO**

A prostituição de mulheres e crianças não pode ser apontada somente como fruto do desenvolvimento desacelerado do turismo, muito menos por sua divulgação errônea, através da mídia<sup>11</sup> com a divulgação

---

<sup>11</sup> Designação dada aos meios de comunicação social, tais como: jornais, revistas, cinema, rádio, televisão, etc. (FERREIRA:1986).

de pacotes “exóticos” para o país. Essa patologia social possui suas raízes muito mais profundas, fortalecidas historicamente pela desigualdade social e de um sistema excludente que não oportuniza a realização dos sonhos e aspirações pessoais de sua população. A prostituição “é o rosto da sociedade em crise” (PIRES, 1983: 67). Conforme o autor, a existência das atuais Madalenas<sup>12</sup> revela a violência de todo o sistema que explora as mulheres, especialmente, as mais pobres e marginalizadas.

As causas sociais, sobretudo o fator econômico, podem explicitar uma das mais importantes causas do desenvolvimento da atividade. A miséria passa a ser a mola propulsora de uma série de conseqüências de extrema relevância. Ela, por sua vez, desencadeia o desenvolvimento dos cinturões populacionais, nos quais um grande número de pessoas busca, por meio da migração campo-cidade, um melhor padrão de vida. A cidade, no entanto, não consegue absorver a mão de obra excedente, aumentando ainda mais a pobreza. Assim, a prostituição parece ser “uma atividade típica de economia submersa” (1983: 66) e esperança de muitas mulheres que, por ela pretendem resolver seus problemas financeiros.

Não obstante, essa evasão muitas vezes tem por conseqüência o desfacelamento das famílias, outro fator contundente. O primeiro agente socializador da criança, passa a desintegrar-se por motivos financeiros. Enquanto os pais saem à procura de emprego, as crianças ganham as ruas, mesmo porque a oferta de creches públicas é infinitamente menor que o necessário. Assim, jovens entram em contato com a marginalidade e passam a integrar uma fatia ainda mais excluída da população. Outra faceta da desconstituição familiar se apresenta quando as próprias crianças passam a procurar nas ruas meios que possam lhes render um retorno financeiro. Muitas, extremamente jovens, sem nenhum preparo para o mercado de trabalho, começam a vender o único bem que lhes resta, o seu próprio corpo. Essas meninas, ao retornarem para casa, deparam-se com a figura do pai, que as condenam e as expulsam de casa, pois agora, passam a não ter mais honra. Sem alternativa, perambulam pelas ruas à procura de conforto em clientes que, na sua concepção, possam um dia substituir os cuidados do pai agora ausente.

Outro aspecto de fundamental importância para o crescimento da exploração sexual infantil retrata-se mediante a conivência de autoridades policiais. A esse respeito Pires (1983: 68) afirma:

Existe um envolvimento da polícia no campo da prostituição, no tráfico de mulheres e na

---

12 Referência à Maria Madalena, considerada prostituta, segundo narrativas bíblicas.

distribuição de drogas. É sabido que a “caixinha da prostituição” é fonte de importante renda para os policiais e investigadores. Em quase todas as áreas da prostituição “os homens” usam de brutalidade e exploram as mulheres. Se elas não se submeterem as suas fantasias, são perseguidas, encarceradas e torturadas.

Essas autoridades, policiais, investigadores, advogados, deputados, militares e governadores, corrompidas pelo sistema, tornam-se facilitadores mediante atos ilícitos, como: elaboração de certidões de nascimento falsas, exames médicos deturpados, conivência pela omissão de ajuda, acertos com intuito de proteger os clientes de tal atividade, perseguições e maus tratos. “Assim como nas senzalas dos escravos negros não havia acesso a pessoas estranhas, também aqui as senzalas prostitionais são pudicamente protegidas” (1983: 83). Nesse mesmo sentido, Antônio Maria de Souza relata:

Eu vi com meus próprios olhos como uma mocinha chamada Larita (índia), de 18 anos de idade, foi agarrada por 11 recrutas brancos do exército. Eu os vi trepando em cima dela e se satisfazendo no corpo da moça durante a noite: desde às 20h até às 3h da madrugada (Médico e antropólogo Antonio Maria de Souza, In DIMENSTEIN, 1997: 87).

Afirmações como essa, maximizam as fronteiras do abuso sexual infantil, não se limitando apenas a crianças que se submetem a tal atividade, como também as que estão a esmo de proteção, assim como milhares de meninas indígenas do Norte do Brasil.

Verifica-se assim que, apesar do turismo sexual ser uma realidade latente, a exploração de menores retrata-se de forma corpulenta e concisa no país. Além das crianças marginalizadas das grandes cidades, vale denunciar o tráfico de meninas, principalmente, no Norte e Nordeste.

Por meio de falsas promessas, aliciadores persuadem meninas a abandonarem suas casas em busca de empregos com ótimos salários. Ao chegarem nos locais designados, percebem-se submetidas à exploração sexual desenfreada, sem limites ou regras. Para tornarem-se livres novamente, devem pagar a dívida já adquirida (passagem, alimentação e hospedagem). Obviamente, desprovidas de qualquer valor, vêm-se obrigadas a fazer “salão”. Crianças de 13, 12 e, até mesmo 11 anos, são as preferidas. “Na rota do tráfico, a virgem vale mais e é disputada até

mesmo em leilões” (DIMENSEIN, 1997: 20). Essas localidades, como se costuma ouvir, vivem quase que totalmente, em função de exploração sexual infantil: “Passou dos 15 quilos, está bom”. (1997: 21).

Dessa forma, as drogas constituem uma fuga da realidade, recorrendo a elas, as meninas se desligam da vida medíocre e desumana que passam a viver, chegando a afirmar que já foram gente, mas que, nas circunstâncias que se encontram, não são mais ninguém (1997: 94). Favorecendo-se dessa dependência, os “cafetões” usam as meninas para fazerem as entregas de drogas, para dessa forma, manterem seus vícios.

A droga é um mecanismo de escravidão administrado pelo cafetão. Ele garante o vício da menina. Para sustentá-lo, ela serve de “formiguinha” e prostituta, tentando saldar sua eterna dívida (DIMENSTEIN, 1997: 78).

Os policiais também encontram, nesse processo, uma forma de satisfazerem seus desejos sexuais. Cientes desse ciclo vicioso negociam a possível prisão das menores em institutos, em troca de programas gratuitos, por isso, “praticamente toda menina já sofreu abusos de policiais” (1997: 71). Ainda mais chocante se torna o quadro, quando nos deparamos com relatos de fatos, que são considerados corriqueiros:

São submetidas a todo tipo de tortura e exploração, aceitando qualquer tipo de peão. Quando rejeitam, são maltratadas com surras violentas, cortes de cabelos com facão e até mesmo a morte. Uma menina cobrou dinheiro do peão que tinha acabado de transar. Foi morta com dois tiros na vagina (DIMENSTEIN, 1997: 115).

Ou ainda:

A ex-escrava Kelen de Lima informou que [...] o garçom e vigia da boate onde trabalhava, queria fazer amor com ela. Diante da recusa, deu-lhe uma coronhada de revólver na cabeça. Desmaiou, o sangue jorrava e, mesmo assim, foi possuída (1997: 156).

Referindo-se às tentativas de fuga, o autor relata: “Um dia mais furioso do que o normal amarrou-a na traseira do seu carro e a arrastou pelas ruas. Não estava satisfeito e depois ainda espremeu limão na carne que sangrava”.

Essa deprimente atividade insiste em consolidar-se sob os olhos atentos e gananciosos de uma sociedade insensível aos aspectos socioculturais de seu povo. A parte ativa desse processo, os aliciadores e exploradores, está adormecida a partir de uma situação desfavorável que lhes parece irreversível: a miséria - tanto financeira quanto moral. A banalização faz com que se proceda à vulgarização dos fatos, que passam a causar menor impacto. Até mesmo o bem mais precioso, a vida, decresce diante dos costumeiros assassinatos, estupros e seqüestros.

Do mesmo modo, o resgate da família, alicerce de um bom convívio em sociedade e formadora de caráter, é de imensurável importância. A retomada de antigos valores vem se fazendo necessária mediante uma instituição quase falida que se vê sufocada diante de tantas mudanças. Muitos desses valores já caíram em desuso e os que sobraram, tornaram-se obtusos.

Nesse sentido, vale lembrar que:

Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele (FREIRE, 1996: 14).

## **PROSTITUIÇÃO INFANTIL E O TURISMO: MOTIVAÇÃO, PUBLICIDADE, IMAGINÁRIO E TURISMO SEXUAL INFANTIL NO BRASIL**

Atualmente, o turismo se apresenta de uma forma mais abrangente, não plenamente consciente do seu valor, mas desperta os mais íntimos desejos dos que usufruem a sua liberdade nessa atividade em constante evolução e aperfeiçoamento. Sendo a liberdade a “construção da própria identidade do ser humano através da sua autonomia” (MOESCH, 2000: 41), ou seja, “ser livre é no fundo poder dispor de si mesmo” (KRIPPENDORF, 1989:53), o fenômeno turístico, que tem como seu principal elemento o homem, depara-se com a complexibilidade de seu estudo e a dificuldade de se encontrarem termos que o definam. Tais buscas, pertinentes para o entendimento holístico do processo, podem ser observadas em diferentes abordagens, cada qual em defesa de interesses próprias e absorvas em distintas realidades. Muitas são as tentativas para que se chegue a um denominador comum. “Os antropólogos, por exemplo, tentam categorizar os turistas de acordo com suas diferentes motivações” (BURNS, 2002:57),

o que reabre uma outra brochura de estudo.

Inúmeros são os aspectos que levam o homem atual a deslocar-se por meio do turismo. Inevitavelmente, a busca está onipresente em quaisquer das razões. Burns (2002:59) afirma que existem dois tipos de fatores que direcionam suas ações: o fator de impulsão e o de atração. O primeiro restringe-se aos motivos que levam o turista a determinado destino, ou seja, a motivação. Desse modo, percebe-se que se trata de uma atitude de cunho pessoal, conseqüentemente, com inúmeros fundamentos. Já o segundo, refere-se aos fatores que levam os turistas ao destino, ou seja, a própria atração e a publicidade, que estão suscetíveis a s externas e, por isso, de igual complexibilidade.

Primeiramente, analisando os fatores de impulsão, pode-se afirmar que, como “o ser humano se vê entre campos de tensões contraditórias, como: trabalho-descanso, vigília-sono, esforço-reposo, liberdade-obrigações, etc”. (KRIPPENDORF, 1989:38), é de sua natureza tentar manter o equilíbrio. Segundo Da Silva (2000:73): “A motivação é conseqüência de algum tipo de necessidade que, satisfeita, promove o equilíbrio do organismo”.

Desse modo, o cotidiano (nesse aspecto usado com conotação negativa) recai sobre os ombros acolhedores do turismo, que, a partir deste momento passa a desempenhar quase todas as funções que possam ser úteis para o equilíbrio dos anseios humanos. Nesse contexto, Krippendorf (1989: 60) acrescenta: “As pessoas viajam para recarregar as baterias, para consumir a tranqüilidade, o clima, a paisagem e as civilizações estrangeiras; a seguir, voltam para enfrentar o cotidiano durante um certo período”.

Percebe-se, que inúmeros podem ser os fatores que influenciam, particularmente, cada turista a visitar determinada localidade, sejam eles: a busca pelo prazer, o descanso, o intercâmbio cultural, ou talvez a descoberta do seu próprio eu, por meio de um encontro consigo mesmo. Portanto, acredita-se que o turismo; pela realização das motivações pessoais cabíveis a cada ser humano; passa a desempenhar um papel social de fundamental importância, em que, pelo seu efeito anestésico, ameniza temporariamente as insatisfações pessoais do homem, mantendo seu equilíbrio; de grande relevância para um convívio amistoso em sociedade. Oportunamente, Krippendorf se expressa: “O lazer é uma droga aprovada pela sociedade, um analgésico que dá a ilusão de uma melhora passageira, mas que não pode curar a doença em si”.

Nesse contexto, a busca pelo “reino imaginário da liberdade” (KRIPPENDORF, 1989:51), também pode ser apontada como uma das mais corriqueiras razões para a realização atual das viagens. Já que o “turismo não

é o destino, mas as experiências vividas” (RYAN in BURNS, 2000:52) e as expectativas a elas atribuídas, o mito da liberdade se faz presente mediante a impressão de autonomia total e a oportunidade vivida através da “livre” escolha.

Entretanto, é sabido que, muitas vezes, “a decisão pessoal é de certa forma condicionada pela sociedade” (KRIPPENDORF, 1989:41). Essa liberdade, por muitos aspirada, atualmente se comporta de acordo com as normas vigentes na sociedade, onde não há mais a preocupação com o que se vai fazer nas férias, mas para onde se vai nas férias (1989:42).

Essa atitude tem suas raízes fortalecidas no século XIX com o desencadeamento da Revolução Industrial na Europa. Com a produção em larga escala de produtos, proporcionada pela industrialização, passou-se a dispor de um excedente considerável de mercadorias que com a falta de compradores, passaram a constituir grandes estoques. Dessa forma, “a publicidade<sup>13</sup> foi o caminho viável para reduzir o estoque e ao mesmo tempo incrementar o consumo” (BARBOSA, 2001:20). Tal artifício que, até o final do século XVIII, era usado tão somente para divulgar as características de determinado produto, a partir do século XIX passa a fazer o uso da retórica<sup>14</sup> (2001:22). Essa, devido ao avanço tecnológico e as novas necessidades que surgiram com o desenvolvimento do capitalismo, passa a ser utilizada como “a arma” da publicidade, influenciando a decisão de seus clientes, a ponto de prometer o próprio “paraíso na terra” (BURNS, 2002:137).

Portanto, a reflexão é inerente: a publicidade está ligada à economia industrial e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico e, dessa forma desperta, e até mesmo provoca, o consumo (BARBOSA, 2001:20). Segundo Barbosa (2001: 26) “O consumo oferece uma compensação psicológica das necessidades insatisfeitas, sonho e projeção simbólica num universo de desejos reprimidos”.

Todavia, vale ressaltar que, com o desenvolvimento das telecomunicações, a publicidade passou a ter um maior alcance e as conseqüências de sua utilização passaram a acarretar impactos mais significativos. Nesse contexto, podemos destacar seus reflexos na atividade turística, dentre elas, a insatisfação do turista ao deparar-se com um produto que não condiz com sua respectiva propaganda; e sua na construção da imagem de determinado destino. Isso se deve ao fato de que “a publicidade sempre tem um aspecto lúdico, de encantamento, é a

13 Entendida neste contexto como “a arte de exercer uma ação psicológica sobre o público com fins comerciais ou políticos” (FERREIRA: 1986).

14 “Entende-se a retórica como a arte de persuadir, de convencer e de levar à ação por meio da palavra [...]” (BARBOSA: 2001).

operação do espetáculo, do jogo e da encenação” (2001:23).

É mediante a publicidade vinculada pela mídia que o homem desenvolve suas motivações específicas e, assim, constrói seu imaginário, vale um adendo de que as mudanças ocorridas na atividade turística perante tal processo, fizeram com que os motivos impulsionadores das viagens sofressem alterações. Isso fez com que a mais insaciável das criaturas, o homem, continuasse sua busca, mesmo que, muitas vezes, de forma bastante peculiar. Referindo-se a essas mudanças comportamentais sofridas pela sociedade, Gastal se expressa:

Os tempos pós-modernos contemporâneos nos defrontam com novas necessidades e novos desejos: vivemos na era do consumo, quando compramos não mais para atender às nossas necessidades, mas também para atender aos nossos desejos transformados em necessidade (GASTAL; 2005: 69).

Assim, mediante as mudanças da vida societal e os avanços tecnológicos, uma nova perspectiva surge acerca do turismo e a sociedade passa a usufruir um diferente conceito de felicidade. Dessa forma, o turismo surge como fonte de libertação, como já contextualizado, transformando-se em “uma válvula de escape que permite o relaxamento das tensões [...]” (KRIPPENDORF, 1989:51), tornando possível à vivência de um mundo perfeito, mesmo que em um curto espaço de tempo.

Dentre os inúmeros motivos que impulsionam o homem atual a desbravar novos lugares, pode-se ainda mencionar a busca pelo “paraíso perdido”. Sendo o turismo a “materialização dos sonhos” (BURNS, 2002: 55), o desejo de encontrar esses lugares utópicos, distantes da realidade muitas vezes insatisfatória, passa a se perpetuar no imaginário deste homem pós-moderno.

À procura por um cenário paradisíaco de paisagens exóticas e de clima propício, características do Éden, acrescenta-se um atenuante particularmente masculino: o prazer sexual. O turismo sexual configura-se, dessa forma, erroneamente como um segmento da atividade turística, quando deveria ser considerada uma de suas deformações (DO BEM, 2005). Sua exteriorização explícita e desregrada, reflexo de problemas sociais profundamente ancorados em uma realidade histórica, destoa dos fundamentos de um turismo sustentável.

A seguir, fazendo uso das pesquisas de Swarbrooke (2000), apresentam-se as diferentes estratégias dos turistas que, equivocadamente, configuram-se como um segmento da atividade turística:

Homens que fazem uso dos serviços de prostitutas quando estão a negócios em uma localidade onde as prostitutas estão envolvidas com prostituição por escolha própria.

Homens que realizam viagens com a única intenção de procurar serviços de prostitutas que estejam envolvidas com a prostituição por escolha própria.

Homens que realizam viagens de negócios com a única intenção de fazer sexo com prostitutas que não estejam envolvidas com a prostituição por escolha própria, mas estejam sendo forçadas a serem prostitutas.

Homens que realizam viagens com a única intenção de pagar para fazerem sexo com homens da comunidade local.

Homens que realizam viagens com a única intenção de fazerem sexo com crianças do mesmo sexo.

Mulheres que viajam com a única intenção de pagar para terem sexo com homens locais.

Mulheres e homens que viajam na esperança de encontrarem um parceiro sexual do local a quem pagarão com presentes ao invés de dinheiro.

As assim chamadas “Shirley Valentines”, mulheres casadas que viajam a localidades específicas na esperança de sexo e de um romance de curta duração com homens locais.

O jovem turista hedonista cujos planos de férias são motivados pelo desejo de fazer sexo com novos parceiros.

Essa prática, tão sumariamente entendida como “homens comprando sexo de prostitutas”, segundo Swarbrooke (2000: 119), maximizou suas fronteiras, muniu-se de novos e preocupantes aspectos e tornou-se mais complexa, como se pode constatar no esquema anterior.

Apesar de a prostituição ser uma atividade presente na maioria dos países – legalmente ou não – sua prática aliada ao turismo torna-se ainda mais preocupante. Nesse aspecto, concorda-se com a prefeita de Fortaleza Luiziane Lins<sup>15</sup> (PT), eleita no ano passado, quando afirma que o direito ao prazer sexual é inerente ao ser humano, mas quando esse cruza o Atlântico apenas com essa intenção, algo está errado.

Ao se observarem as variantes do turismo sexual, propostas por Swarbrooke anteriormente, a que nos causa maior preocupação é a que se procede no âmbito infantil. Esse comércio do sexo, “que não se limita mais à exploração de mulheres adultas [...] para saciar a fome dos turistas sexuais, [...] tem nas crianças e nos adolescentes um objeto sexual cada vez mais valorizado no mercado internacional”<sup>16</sup>. Segundo a Unicef, pelo menos 2 milhões de crianças são exploradas sexualmente no mundo (SOALHEIRO, 2004: 72). Esse número tão expressivo certamente não condiz com o real alcance dessa patologia, pois devido ao seu caráter ilegal, a obtenção de dados precisos se torna uma tarefa árdua.

No Brasil, a impunidade dos aliciadores, o não cumprimento das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a ausência de políticas sociais mais eficazes são alguns dos aspectos facilitadores que o incluem, segundo Boiteux (2003), na lista dos dez países no mundo procurados unicamente para o prazer. Segundo Richter In Theobald (2001: 407), dentre esses, podemos destacar ainda: Tailândia, Filipinas e Sri Lanka. A autora alerta que a prostituição, em alguns desses países, não é considerada uma opção de emprego, pois “milhões dessas mulheres e crianças são coagidas, raptadas ou vendidas para prostituição” (RICHTER, 2001: 407), fazendo parte, involuntariamente, da chamada “indústria do entretenimento”.

Segundo relatório da missão especial da Organização das Nações Unidas<sup>17</sup>, divulgado no dia 18 de fevereiro de 2004, Juan Miguel Petit, seu relator, aponta o envolvimento de 100 a 500 mil crianças brasileiras na exploração sexual, vitimando, em sua grande maioria, meninas carentes de 12 a 18 anos.

No relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), publicado

15 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76386.shtml>

16 Disponível em [Http://www.crpsp.org.br/a\\_servi/set-busca.htm](http://www.crpsp.org.br/a_servi/set-busca.htm)

17 Disponível em [Http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u85002.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u85002.shtml)

em 1995, foi possível identificar o perfil<sup>18</sup> desses turistas. Em sua grande maioria, homens com idade entre 30 e 50 anos e pertencentes à classe média-baixa da Alemanha e Estados Unidos. Agências turísticas emissivas comercializam pacotes turísticos a partir de 10 mil dólares que incluem uma passagem de vinda, duas de volta em vôos *charters*<sup>19</sup>, no mínimo, uma acompanhante e hospedagem em hotel. Os destinos mais procurados, segundo a CPI, são o Rio de Janeiro- RJ, Recife- PE e Fortaleza- CE.

Outro aspecto relevante no que tange à exploração sexual de mulheres e crianças é sua relação com o tráfico de humanos. Essa atividade movimenta, segundo o CHAME<sup>20</sup>, anualmente, cerca de 12 milhões de dólares, atrás, de acordo com Mendonça (2005), apenas da indústria de armas e do narcotráfico e, vê, nas mulheres brasileiras, um mercado rentável.

De acordo com o mapeamento realizado neste ano pelo setor de inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF), existem no Brasil, segundo Peixoto (2005), cerca de 844 trechos de rodovias federais consideradas de risco para a exploração sexual de crianças e adolescentes. Estatisticamente, houve um incremento de 30% referente ao mesmo período do ano anterior. Tais trechos compreendem 937 municípios, 17% do total nacional. Aqueles, por estarem situados muitas vezes em zonas fronteiriças, acabam por facilitar tal atividade. O Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes divulgou no dia 19 de maio de 2004 o perfil brasileiro em relação ao tráfico de mulheres e crianças para fins sexuais<sup>21</sup>. Segundo o relatório, entre 800 e 900 mil mulheres são levadas para fora do país por aliciadores a cada ano. Dentre essas, as que são vendidas, são comercializadas, de acordo com o CHAME, por 15 mil dólares. Seus principais destinos são: Alemanha, Estados Unidos, Itália, Holanda, Japão, Grécia, Índia, Tailândia, Bélgica e Turquia. Devido à dificuldade de retornarem ao Brasil, ficam prisioneiras de seus aliciadores e escravas da esperança.

Destino turístico nenhum que aspire a um desenvolvimento sustentável da atividade, pode conviver e sobreviver com sua imagem vinculada à exploração sexual de seu próprio povo. Neles, turistas se valem da miséria de uma sociedade para sanarem seus desejos, em uma exploração tipicamente colonial. Entretanto, tal atividade exterioriza um quadro nacional delicado, na qual as condições precárias a que está submetida grande parte da população acabam por impulsionarem-na a

18 Disponível em [Http://www.crpsp.org.br/a\\_servi/set-busca.htm](http://www.crpsp.org.br/a_servi/set-busca.htm)

19 Vôos fretados (CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário inglês - português. Turismo, hotelaria e comércio exterior. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2000 In BARBOSA:2001: 33)

20 Organização não governamental, Centro Humanitário de Apoio à Mulher - CHAME, em <http://www.chame.org.br>

21 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u94491.shtml>

uma atividade degradante.

O turismo, por meio de suas peculiares, acaba por assumir uma característica de permissividade. Sua prática, ao admitir um comportamento diferenciado do seu praticante, quando erroneamente compreendida, induz-lhe ao uso de uma postura inadequada. De acordo com Burns, “o turismo oferece a libertação da vida corriqueira e rotineira e às vezes [...] esta inclui a libertação das normas sociais [...]” (BURNS, 2002:121). Entretanto, quando um destino tolera tal comportamento, acaba banindo o direito à dignidade de seu povo. Por isso, cabe ao destino assumir uma postura que reprima e condene os turistas que adotem tal postura, preservando, assim, seu povo, seu bem mais precioso.

### **CONDIÇÕES AMBIENTAIS PARA PROMOVER MUDANÇAS: INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS**

As discussões acerca da problemática do turismo sexual vêm ganhando, lentamente, novas dimensões. De forma tímida, as primeiras ações governamentais emergem à superfície na tentativa de resolver mais um problema.

Em 1993, o tema mereceu a primeira discussão na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada no Congresso Nacional para apurar responsabilidades na exploração e prostituição infanto-juvenil<sup>22</sup>. Seu relatório final, publicado em 1995, surtiu efeito imediato, no entanto paliativo. Ao final desse mesmo ano, o Brasil passou a agir com intuito de mudar a imagem do país no exterior. Assim, foram retirados de circulação prospectos e cartazes publicitários nacionais que fizessem qualquer menção à oferta de sexo.

Após um período, em 2004, durante a Conferência Mundial Contra a Exploração Sexual de Menores realizada em Estocolmo (Suécia), foi lançado um selo alertando os turistas a respeito da proibição do sexo com menores de idade. A ação maximizou suas fronteiras e, em fevereiro de 2005, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, lançou uma campanha publicitária abrangendo restaurantes, hotéis, aeroportos e agências de viagem de todo o país. O slogan da campanha é, “Cuidado! O Brasil está de olho. Exploração Sexual Infantil... Denuncie!” Elaborado em parceria com o Ministério da Justiça.

Nesse sentido, as embaixadas brasileiras foram incumbidas de identificar e impedir a operação de agências de viagem que comercializem pacotes de turismo sexual para o Brasil. Somando-se a tal iniciativa, foi

<sup>22</sup> Disponível em [Http://www.crpsp.org.br/a\\_serv/set\\_busca.htm](http://www.crpsp.org.br/a_serv/set_busca.htm).

vetado, pela Embratur, o repasse de verbas para unidades federativas nacionais que fizessem uso do *marketing* sexual em suas promoções. O Instituto, o Ministério da Justiça e a Associação Brasileira de Hotéis elaboraram uma cartilha, alertando os estados da pouca rentabilidade do turismo sexual. Enquanto um turista convencional gasta 80 dólares por dia, o turista sexual gasta 40 dólares.

No entanto, a ação de maior repercussão é o Projeto Sentinela<sup>23</sup>, que auxilia crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual. Com o orçamento de 35 milhões neste ano, superior, portanto, aos 28 milhões de 2004, o programa, que deverá ser expandido para cem novas cidades de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, atende, hoje, segundo Fernandes (2005), a 315 municípios e conta com o total de 30 mil inscritos.

Entretanto, a problemática do turismo sexual infantil, transcende a superficialidade. Tais ações, de cunho paliativo, encontram-se aquém do necessário para a erradicação dessa patologia. Atitudes mais enérgicas, em parceria com demais ministérios e juntamente com organizações não governais – ONGs – fazem-se necessárias devido ao alcance de tal atividade. As ações individuais, pequenas em relação ao todo, “[...] se colocadas juntas, são maiores do que as grandes” (Henri Barbusse).

## METODOLOGIA

Com intuito esclarecedor a pesquisa permite, em diversos meandros da investigação e da utilização de um conjunto de subsídios, a construção do conhecimento.

Mediante uma análise crítica, esta pesquisa visou a uma investigação no âmbito do turismo e sua ligação com a exploração sexual de menores, em uma abordagem metodológica qualitativa. Essa, “compreendida como um movimento reflexivo, sistemático e crítico” (MOESCH, 2000: 62), em que se trabalha “com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994: 21-22) remeteu este estudo ao cerne das relações, o que o tornou ainda mais complexo e dinâmico.

Esta abordagem foi realizada por meio de uma concepção materialista, que entende a realidade histórico-social em dinâmica permanente, e como “uma totalidade: um todo integrado, no qual as partes [...] não podem ser entendidas separadamente, senão numa relação de conjunto” (MOESCH,

---

23 Sentinela, programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Maiores informações através dos sites: [www.desenvolvimentosocial.gov.br](http://www.desenvolvimentosocial.gov.br) e [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br).

2000: 49).

Dessa forma, não se objetivou a construção de resultados definitivos e sim, uma reflexão embasada em aspectos relevantes, os quais não explicaram a totalidade, deveras complexa, da problemática em questão. Mas isso é compreensível, pois “por mais bem elaborada que seja, nenhuma teoria dá conta de explicar todos os fenômenos e processos” (MINAYO, 1994: 18).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante suas escolhas e percalços, a sociedade configurou-se. Sua evolução pode ser constatada por meio das páginas de sua história que, mediante conquistas e derrotas revelam, de forma explícita, suas peculiaridades. A inexorável relevância de uma abordagem que abrangesse o resgate da configuração sócioeconômica nacional tornou-se imperiosa no decorrer da presente análise. Nesse sentido, percebe-se o Brasil sob uma ótica extrativista, de um modelo que pouco oportunizou a sua população e que, mesmo de forma menos expressiva, manifesta-se em dias atuais. Até mesmo a configuração do turismo nacional pode ser vislumbrada pelo viés de um sistema dualista, na qual sua implementação seguiu os interesses internacionais.

Nesse aspecto, o Brasil presencia um quadro deprimente, crianças que se violentam ao servirem de opção de lazer a turistas que aqui aportam. Este turismo, que continua a despertar o imaginário dos visitantes internacionais, desenvolvendo uma nova forma de exploração ao estilo colonial, transcende o aspecto publicitário. Um quadro socioeconômico tempestuoso; em que a desigualdade social se manifesta de forma contundente, exteriorizada pela miséria da população; intitula-se como um dos principais aspectos que sustentam esta atividade. A carência de oportunidades de grande parte da população brasileira acaba por impulsioná-la a procurar formas diversas de sobrevivência. Assim, não há constrangimento, se não aquele ditado pela miséria e pela fome.

A um quadro histórico contundente, soma-se o desespero de milhares de mulheres e crianças que vêm na exploração sexual de seus corpos um meio de sobrevivência. Mais preocupante torna-se tal fato, quando há coação na sua prática. Por isso, o tráfico de mulheres e crianças no Brasil, agrava tal situação. Raptos, estupros, torturas e encarceramentos são facilitados mediante a conivência de autoridades corrompidas pelo sistema o que explicita o alto grau de complexibilidade desta atividade. Quando delatada, os casos que chegam à justiça deparam-se com sua

lentidão, proporcionando aos infratores oportunidade de reincidência.

A sociedade, responsável pela construção de valores, vê-se perdida perante sua própria obra. A customização tem na banalização dos fatos sua ação reflexiva. Então, é necessária uma reestruturação social, ética e moral em prol do principal elemento, o humano. Tal mudança, almejada por muitos, deve ser alicerçada em uma inversão dos princípios dominantes, por meio de uma massificação educacional - meio de intervenção construtiva no mundo – e cultural, criando-se vetores que a conduzam ao favorecimento holístico da humanidade. Tal reflexão torna-se imprescindível, pois, “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996: 36).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, João Carlos. **Brasileiro, sim senhor**. São Paulo: Moderna, 1997.

ARRUDA, José Jobson. **História integrada: da idade média ao nascimento do mundo moderno**. São Paulo: Átila, 1997.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O Despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.

BOITEUX, Bayard Do Coutto. **Turismo sexual**. Disponível em <http://www.estudosturisticos.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=1187>>. Acesso em: 22 de ago. de 2003.

BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chromos, 2002. (Coleção Tours)

DA SILVA, Fernando Brasil. **A Psicologia aplicada ao turismo e hotelaria**. 2ª. ed. São Paulo: CenaUn, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil**. 13ª. ed. São Paulo: Ática, 1997.

DO BEM, Arim Soares. **A dialética do turismo sexual**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

FERNANDES, Kamila. **Polícia mapeia rotas da exploração sexual de menores**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u109089.shtml>>. Acesso em: 03 de ago. de 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GASTAL, Susana. **Turismo, imagem e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do Turismo).

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1989.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colônia**. 8ª. ed. Porto Alegre, RS: Novo Século, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOME, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

MENDONÇA, Alessandra. **Prostituição Infantil**. Disponível em <<http://www.revelacaoonline.uniube.br/a2002/cidade/prostituicao.html>>. Acesso em: 07 de nov. de 2005.

MOESCH, Marutschka Martini. **A Produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sergio E.; RODRÍGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru, Estado de São Paulo: EDUCS, 2001.

PEIXOTO, Paulo. **Brasil tem 937 cidades consideradas pontos de exploração sexual juvenil**. Disponível em <<http://www1folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u109165.shtml>>. Acesso em: 23 de set. de 2005.

PIRES, Dom José Maria (Apres.). **O Grito de milhões de escravos**: a cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1983.

PRIORE, Mary Del. **A Mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

RICHTER, Linda. Explorando o papel político do gênero na pesquisa de turismo. In: THEOBALD, Willian (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes: 1979.

SOALHEIRO, Bárbara. **“Vende-se sexo”**. Revista Super interessante. São Paulo, ed. 203, p. 66-73, ago. 2004.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. vol. 1. São Paulo: Aleph, 2000.

### **SITES DA INTERNET CONSULTADOS**

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u7638.shtml>>. Acesso em: 23 de set. de 2005.

<[http://www.crpsp.org.br/a\\_servi/set-busca.htm](http://www.crpsp.org.br/a_servi/set-busca.htm)>. Acesso em: 23 de set. de 2005.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u85002.shtml>>. Acesso em: 23 de set. de 2005.

<<http://www.chame.org.br>>. Acesso em: 25 de set. de 2005.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u94491.shtml>>. Acesso em: 23 de set. de 2005.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u90251.shtml>>. Acesso em: 23 de set. de 2005.

<[http://www.world-tourism.org/protect\\_children/protect\\_children\\_es/wto\\_statement.htm](http://www.world-tourism.org/protect_children/protect_children_es/wto_statement.htm)>. Acesso em 21 de dez. de 2005.